

Declaração de Direito Autoral A Participação adota a Licença Creative Commons de Atribuição (CC-BY 4.0) em todos os trabalhos publicados, de tal forma que são permitidos não só o acesso e download gratuitos, como também o compartilhamento, desde que sem fins lucrativos e reconhecida a autoria. Fonte:

<https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/about/submissions>.

Acesso em: 19 jul. 2021.

REFERÊNCIA

LOZZI, Silene de Paulino *et al.* O que pode ser apreendido de políticas sociais e educacionais aplicadas em diferentes contextos no enfrentamento da Covid-19? O que pode nos ajudar no enfrentamento de outras situações emergenciais e de calamidade?

Participação, Brasília, ano 19, ed. esp., n. 34, p.94-96, nov. 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_y95_7QMT_wC8vhwQUCJamcPgTvbjtBC/view.

Acesso em: 19 jul. 2021.

O que pode ser apreendido de políticas sociais e educacionais aplicadas em diferentes contextos no enfrentamento da Covid-19? O que pode nos ajudar no enfrentamento de outras situações emergenciais e de calamidade?

What can be learned from social and educational policies applied in different contexts in the fight against Covid-19? What can help us to face other emergencies and calamity situations?

Silene de Paulino Lozzi¹
Sandra Rabelo de Melo
Christiano del Cantoni Gati

No enfrentamento da pandemia que assola a humanidade, gestores governamentais e institucionais utilizam recursos distintos no tratamento do problema, sob o ponto de vista socioeconômico. Políticas de distanciamento e isolamento social físico não são unânimes e nem conduzidas com o mesmo rigor, o que implica em consequências catastróficas como a de mais de 100.000 mortes no Brasil até o momento (<https://covid.saude.gov.br/>). Este trabalho propõe investigar, discutir e avaliar os resultados das diferentes políticas socioeducacionais aplicadas na educação básica do Brasil e de Portugal durante a pandemia de Covid-19. Para tanto, estudantes e docentes de duas instituições de ensino médio públicas, localizadas uma em Lisboa e outra em Taguatinga (DF), relatarão, por meio de questionário semiaberto em entrevista semiestruturada sua experiência de ensino-aprendizagem à distância, considerando expectativas, apresentando relatos, críticas e sugestões so-

¹ Coordenadora.

bre recursos e metodologias utilizadas durante a pandemia. As respostas às questões abertas serão submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 1977.) escolha da Escola Secundária do Rastelo, em Lisboa, se deu por ela ter sido identificada como “escola de acolhimento” um dispositivo criado pelo governo português para o acolhimento de filhos e outros dependentes de profissionais de saúde e serviços de segurança e de socorro, incluindo os bombeiros voluntários, e, os trabalhadores dos serviços públicos essenciais, de gestão e manutenção de infraestruturas essenciais, bem como outros serviços essenciais, de acordo com o Art.10º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020 (<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/10-A/2020/03/13/p/dre>). No cenário da Educação Básica no Brasil há 47, 9 milhões de estudantes matriculados, com 80% deles na rede pública de ensino. Nesse conjunto, cerca de 7,5 milhões são estudantes do Ensino Médio (<http://inep.gov.br/microdados>). As medidas adotadas no Distrito Federal para a educação durante a crise, incluem a suspensão inicial de aulas, seguida pela implementação de ensino à distância em escolas públicas e particulares, coordenada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEE-DF). De acordo com essa proposta, as aulas on-line serão levadas inicialmente a 80 mil estudantes do ensino médio. As questões advindas da análise desse contexto remetem para a falta atual de capacitação de professores e gestores educacionais para o ensino a distância, além de dificuldades de acesso às aulas remotas por estudantes que muitas vezes não possuem computadores e internet em suas casas, fato escancarado pelo alto nível de desigualdade socioeconômica da população brasileira. Em Portugal, com a suspensão inicial das aulas as faltas do trabalhador foram justificadas mediante assistência a filho ou dependente menor de 12 anos ou deficiente. Ainda, foi garantido apoio excepcional mensal ou proporcional a ser pago ao trabalhador pela entidade empregadora e seguridade social. No caso de ser o empregado de entidade pública o apoio é assegurado integralmente. Vê-se, nitidamente a diferente condução dos dois países em relação às medidas de contenção da epidemia e no que diz respeito medidas econômicas, associadas à educação estão atreladas. A análise dos dados

colhidos das entrevistas realizadas nas duas escolas permitirá discutir sobre as diferentes medidas tomadas no campo socioeducacional a partir das distintas experiências e seus resultados.

REFERÊNCIAS

Bardin L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19; Socioeducacional; Escola de Acolhimento; Políticas Públicas.